

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO MEC PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS *e-Books*.

Jeane dos Reis Passos¹,

Rosa Maria Vivona Bertolini Oliveira², Simone Maia Prado Vieira³

¹ Doutora em Ciência da Informação - USP, SENAC, São Paulo, SP

² Mestre em Biblioteconomia - PUC-CAMPINAS, PUC-CAMPINAS, Campinas, SP

³ Especialista em Sistemas de Informação - PUC-CAMPINAS, SENAC, São Paulo, SP

Resumo

Uma reflexão sobre a importância dos instrumentos oficiais de avaliação do Ministério da Educação – MEC, para autorização e reconhecimento dos cursos da Educação Superior, e a importância destes considerarem em seus indicadores as bibliografias básicas e complementares de livros, os *e-Books*..

Palavras-Chave: Avaliação institucional; Instrumentos avaliativos do Ministério da Educação; Processo de autorização para cursos superiores; Bibliografia para cursos superiores; *e-books*;

Abstract

Causes a reflection on the importance of the official instruments of assessment the Ministry of Education - MEC for approval and recognition of courses of higher education and the importance of considering indicators in their bibliographies about the basic and supplementary books, e-books

Keywords: Institutional evaluation; evaluative instruments of the Ministry of Education; Authorization procedures for higher education; Bibliography for higher education, e-Books;

1 Introdução

Os processos de avaliação institucional no contexto da educação superior brasileira foram iniciados, de forma sistemática, na década de 1990, com a implantação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Essas ações acentuaram-se a partir da Lei nº 10.861/ 2004, que instituiu o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (LEMOS FILHO, 2009). O processo de avaliação do SINAES, regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051/2004, é coordenado e supervisionado pela CONAES - Comissão Nacional de

Avaliação da Educação Superior e sua operacionalização é de responsabilidade do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a quem cabe criar os instrumentos e os critérios de avaliação.

O Sinaes fundamenta-se em três indicadores:

- 1) A avaliação das instituições, na perspectiva de identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas;
- 2) A avaliação dos cursos de graduação com o objetivo de identificar as condições de ensino oferecidas, perfil do corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica;
- 3) A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, realizada pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), com a finalidade de aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. (INEP, 2010)

A avaliação dos cursos de graduação e cursos superiores de tecnologia, contém, em seus diversos instrumentos avaliativos (autorização e reconhecimento), uma estrutura similar compreendendo 3 dimensões, além de requisitos regulatórios que não interferem na nota avaliativa, a saber: Dimensão 1- Organização Didático Pedagógica; Dimensão 2- Corpo Docente e Dimensão 3 - Instalações Físicas. Compõem essas dimensões diversos indicadores, que, segundo critério de análise estipulado no próprio documento, recebem conceitos que variam de 1 a 5. Para que os cursos sejam autorizados ou reconhecidos deverão ter nota de 3 a 5.

O principal foco deste texto concentra-se na Dimensão 3 “Instalações Físicas”, que compreende além de outros itens, indicadores avaliativos para livros das bibliografias básica (item imprescindível) e complementar.

O nosso objetivo é refletir sobre a importância dos instrumentos oficiais de avaliação do Ministério da Educação – MEC, para autorização e reconhecimento dos cursos da Educação Superior, ao considerarem em seus indicadores as bibliografias básicas e complementares de livros, os e-books.

No ano de 2008, os instrumentos de avaliação tiveram os seus critérios alterados tanto para os cursos de graduação (bacharelados e licenciatura), quanto para os cursos superiores de tecnologia. Essas alterações impactaram na gestão das bibliotecas tanto em relação ao desenvolvimento das coleções, quanto em relação ao dimensionamento do espaço físico e dos investimentos.

Os critérios foram alterados e padronizados exigindo o mínimo de 3 títulos para bibliografia básica e em exemplares, 1 livro para cada 6 alunos, se a Instituição desejar ter o conceito máximo 5 em bibliografia básica. Esta padronização que antes variava em termos de títulos (podíamos citar um único título que contivesse todo conteúdo da disciplina) e de exemplares dependendo do curso (1 livro para cada grupo de 15 alunos ou 1 livro para cada 10 alunos), onerou as bibliotecas não só em termos financeiros mas, principalmente em espaço físico. Esta medida direcionou os investimentos, que agora se concentram em tais bibliografias.

Para ilustrar essa questão tomamos como exemplo os instrumentos de avaliação para autorização do curso de Direito.

Crítérios de análise aprovados pela Portaria nº 927/2007	Conceito	Crítérios de análise do Instrumento disponibilizado pelo Inep
Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos 2 primeiros anos do curso em quantidade suficiente, na proporção de <i>um exemplar para até 6 alunos</i> previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica, e é atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.	5	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de <i>um exemplar para até 4 alunos</i> previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (<i>mínimo de 3 bibliografias</i>), e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos 2 primeiros anos do curso em quantidade suficiente, na proporção de <i>um exemplar para até 8 alunos</i> previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica, e é atualizado e tombado....	4	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros..., em quantidade suficiente, na proporção de <i>um exemplar para mais 4 alunos até 6 alunos</i> previstos para cada turma, ... títulos indicados na bibliografia básica (<i>mínimo de 3 bibliografias</i>), e está atualizado e tombado...
Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos 2 primeiros..., na proporção de <i>um exemplar para até 10 alunos</i> previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica, e é atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.	3	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros..., na proporção de <i>um exemplar para mais 6 alunos até 8 alunos</i> previstos para cada turma, ... títulos indicados na bibliografia básica (<i>mínimo de 3 bibliografias</i>), e está atualizado e tombado....
Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos 2 primeiros .., na proporção de <i>um exemplar para mais de 10 alunos</i> previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica, ou não está adequadamente atualizado e tombado junto ...a IES.	2	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros ...na proporção de <i>um exemplar para mais 8 alunos até 10 alunos</i> previstos para cada turma, ...títulos indicados na bibliografia básica (<i>mínimo de 3 bibliografias</i>), e não está adequadamente atualizado ou tombado...
Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos 2 primeiros anos do curso na proporção de <i>um exemplar para mais de 15 alunos</i> previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica...	1	Quando o acervo atende ... dois primeiros anos..., na proporção de <i>um exemplar para mais 8 alunos até 10 alunos</i> previstos para cada turma, ... títulos indicados na bibliografia básica (<i>mínimo de 3 bibliografias</i>), ou não está adequadamente atualizado ou tombado ...

Quadro 1 - Indicador 3.2.1: *Livros*: bibliografia básica

Fonte: FRAUCHES, Celso da Costa. *Educação Superior*: cobras & lagartos. Brasília: Ilape, 2010.p.103 (Negritos no original)

De acordo com Miranda

“Este quadro aponta uma problemática em relação à composição final do acervo em que há grande quantidade de exemplares e poucos títulos. E desta forma, só subsidia as disciplinas de forma superficial, sem abranger o ideal de biblioteca universitária. Este ideal se dá na completude e relevância do acervo direcionado a formação e vivência acadêmica dos alunos e professores. A avaliação de acervo em bibliotecas universitárias não é praticada, ou seja, não é realidade nas instituições de ensino um levantamento crítico baseado em uma análise qualitativa e quantitativa da coleção. Sem esse processo é difícil realizar uma política de expansão eficaz de acordo com as premissas da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento científico e tecnológico” (MIRANDA, 1980 apud BAPTISTA, 2008, p.7).

O cenário global atribui à informação um crescimento exponencial, que se mostra, cada vez mais indissociável das tecnologias digitais ou TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação. Em relação às TICs há um debate sobre seu uso como instrumento de redução das desigualdades sociais. O geógrafo Milton Santos (1999) nos diz que o homem não vê o universo a partir do universo, ele o vê a partir de um lugar e de uma perspectiva, que não é apenas a geográfica. Da mesma forma acontece com as transformações decorrentes do surgimento da sociedade da informação e do conhecimento, pelas quais se inserem as bases democráticas de acesso a esse universo em uma nova dimensão.

Há a consciência de que a informação só tem valor quando pode ser incorporada pelo maior número possível de pessoas. Dessa forma, poderá ser transformada em um conhecimento capaz de conduzir a um enriquecimento tanto individual quanto da própria organização à qual pertence. Portanto, o desenvolvimento da sociedade da informação está diretamente ligado a um esforço para aumentar a disseminação da internet no país. Ao mesmo tempo, tal processo requer uma adequação das tecnologias de informação e comunicação ao usuário brasileiro, bem como a produção de conteúdos que atendam às necessidades de informação e expressão dos cidadãos de todas as regiões, quaisquer que sejam os assuntos de interesse. Uma mudança necessária de paradigma se apresenta: da técnica e posse/custódia para acesso e uso da informação (SILVA, 2009).

Chamamos a atenção que os critérios adotados pelos instrumentos de avaliação (autorização e reconhecimento de cursos) do MEC para Educação Superior, ainda estão focados na informação impressa, portanto, em dissonância com o cenário global exposto pela sociedade da informação e do conhecimento, que por sua vez, vem utilizando de forma crescente livros e periódicos on-line ou em formato digital, proporcionando desta forma, além do acesso democrático à informação, a otimização de espaço físico e diversidade no desenvolvimento das coleções.

2 O cenário nacional e as políticas de inclusão digital

A facilidade de leitura de material impresso está na simplicidade do encontro entre o material e o leitor prescindindo de qualquer tipo de equipamento para iniciar uma interação. Já, para se ler qualquer conteúdo midiático há necessidade imperativa de equipamento para acesso, portanto, o elemento facilitador pode não estar presente, em curto prazo, na vida de todos os leitores brasileiros. Esbarra-se então, numa das muitas faces da exclusão social: a exclusão digital, discutida por vários autores em diversas perspectivas (WARSCHAUER, 2006; SILVEIRA, 2005; DISON, 2001). Para Silveira (2005, p.18), a exclusão digital é entendida como a privação das pessoas de “três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso, e a privação destes elementos levam,”... ao analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, isolamento e o impedimento da inteligência coletiva”. Portanto, o processo de inclusão social pela quebra de barreiras tecnológicas que propiciem a inclusão digital é algo muito maior e mais complexo do que simplesmente prover equipamento de informática e tecnologia de acesso. Em postagem na lista de discussão da IASI - Instituto para Inserção na Sociedade da Informação (www.e.iasi.org), BARRETO(2010) diz :

“Inclusão Digital é o mesmo que inclusão informacional e só ocorre quando o indivíduo possui condições de assimilar a informação recebida através da máquina para seu proveito e de sua comunidade. Inclusão digital se apóia nas condições de educação da sociedade e em treinamento para suprir o conhecimento desejável para operar a tecnologia.”

Estudo conduzido por Vargas Cubillos e Silva (2009, p.32-39), analisa a inclusão digital e a comparam metaforicamente a um sistema de engrenagens, onde:

“As peças que se acoplam para o funcionamento de um sistema são tratadas como políticas de informação inseridas nas ações públicas, sendo essas ações interligadas com as ferramentas de tecnologias de informação e comunicação (TICs) que, por sua vez, se conectam com os atores sociais que, por motivos diversos, encontram-se excluídos de oportunidades, bens e perspectivas.

As iniciativas governamentais de inclusão social são válidas. Entretanto, notam-se muitos desencaixes, na medida em que são supervalorizadas as estatísticas de acesso e do uso da tecnologia relegando a um segundo plano, o perfil e o foco dos usuários locais, sem que exista uma reflexão sobre as ações qualitativas e transformadoras que constroem a sociedade.

Abordando o problema de inclusão social nas unidades de educação básica, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) fornece computadores, recursos digitais e conteúdo, aliado a capacitação de professores e gestores, contribuindo assim para a redução das desigualdades sociais e econômicas, por meio da informação e do conhecimento e segundo dados da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR, 2009, 15) até 2009 foram adquiridos 84 mil laboratórios de informática para atendimento a 74 mil escolas, com previsão, para 2010, de atendimento a todas as escolas urbanas (94,8 mil) com acesso a internet e a banda larga cobrirá mais de 5,5 mil municípios.

Sabemos que não existirá inclusão e uma sociedade do aprendizado enquanto houver desigualdades sociais, econômicas e informacionais e segundo, Vargas Cubillos e Silva(2009, p.34), enquanto não se procurar saber o como e o porquê de os fenômenos da sociedade, e a Ciência da Informação pode contribuir, em discussão, propostas e paradigmas.

O que se faz importante é discutir e deflagrar ações que contribuam para que a inclusão possa se realizar pelo processo de aprendizagem da sociedade e englobar, além de uma série de habilidades e conhecimentos, a noção de valores conectados às dimensões sociais e situacionais do lugar de ação.

3 Os e-Books e o cenário brasileiro

O cenário educacional e cultural brasileiro está pronto para receber o e-books ou livro digital? E como se dá a incorporação desse novo modo de leitura? Quem é o leitor do livro eletrônico? O que muda no processo de leitura e quais benefícios trazem para o processo de aprendizagem? Há quem afirme que os livros digitais chegaram para ocupar o lugar dos impressos o que pode ser uma discussão inócua e desnecessária quando se tem a real dimensão das potencialidades dos diferentes suportes de informação. A boa discussão deve estar centrada nos benefícios decorrentes da leitura, pois, divinizar o novo suporte midiático é incidir em erro.

“O livro eletrônico já está se tornando uma realidade. A empresa NetLibrary ...está .comprando direitos autorais das editoras, convertendo os livros em um formato apropriado para leitura on-line e os vende para bibliotecas e consumidores. ...A cópia .comprada. pela biblioteca fica armazenada em computador da empresa, e, caso a biblioteca tenha adquirido somente um exemplar, um único usuário pode fazer, a cada vez, o .empréstimo eletrônico”.

O texto acima apesar de parecer bem atual foi escrito há 10 anos por Murilo de Bastos Cunha. Há no mínimo 10 anos discute-se no meio biblioteconômico brasileiro o destino do livro, observando inclusive as previsões de cenários para este tipo de material. No Brasil, entre os editores e o mercado editorial, a discussão sobre o assunto caminhou um pouco mais lenta. Recentemente, a Câmara Brasileira do Livro - CBL, através de sua presidente Rosely Boschini, afirmou que “é nítido que o livro digital trata-se de uma tendência irreversível”. Com o olhar nesta perspectiva, a CBL realizou três importantes ações para a abertura do debate e sensibilização do mercado editorial:

- a) a criação da Comissão do Livro Digital, com o intuito de mapear o mercado, modelos de negócios e questões legais;
- b) Em parceria com a Imprensa Oficial organizou o 1º. Congresso Internacional do Livro Digital, que possibilitou aos editores discutir o assunto pela primeira vez no Brasil de forma “oficial”;
- c) pesquisa qualitativa sobre o livro digital no universo do público leitor.

O mercado editorial, segundo Felipe Lindoso (2008, p.111) apresenta alguns impasses que prejudicam a cadeia produtiva do livro e sua “missão de proporcionar leitura aos brasileiros”:

- a) Questões relacionadas com administração e capitalização: destaca-se neste item a queda na venda de exemplares de livros em livrarias;
- b) Questões relacionadas com a distribuição: onde o autor enfatiza que “as bibliotecas públicas constituem um fulcro essencial para a compreensão tanto das questões de acesso ao livro e à leitura quanto para a compreensão do desempenho da indústria editorial”.
- c) “73% do universo estudado (126 milhões de brasileiros) simplesmente não frequentam as bibliotecas”, “17% a usam ocasionalmente e apenas 10% a frequentam.” (LINDOSO, 2008, p. 119)

Para Marques Neto (2008), dentre os leitores que responderam a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” apenas 4% (3,850 milhões), freqüentam bibliotecas universitárias. Outros pontos interessantes revelados pelo livro “Retratos da Leitura no Brasil” é que o Brasil tem 95 milhões de leitores e 77 milhões de não leitores . Em 2008, 3% destes brasileiros (4,6 milhões) liam livros digitais. Deste total, 1/3 lia diariamente, 1/3 uma vez por semana e 1/3 lia uma vez por mês. A média entre os leitores de livros digitais era de 97 minutos por semana. O livro também revela que 7 milhões baixam livros gratuitamente pela internet e 68% deste público o faz sempre.

Ao analisarmos os números acima, inferimos a partir da seguinte questão: Por que há uma resistência no mercado editorial ao livro digital. O novo formato do livro exige não apenas uma mudança ou detalhamento da Lei de Direitos Autorais como também, uma nova visão empresarial, modelo de negócios, contratos, pagamentos e licenciamentos de conteúdo. (REVISTA DO CONGRESSO, 2010)

4 Proposta de Construção de uma Biblioteca de e-Books para cursos de graduação

Mesmo que brevemente, tivemos contato com duas dimensões que se apresentam no cenário da educação superior no Brasil. De um lado as Instituições de Ensino Superior – IES, buscando cumprir as exigências apresentadas pelos instrumentos de avaliação do MEC e, do outro lado as ações ainda tímidas do mercado editorial no que diz respeito à oferta de e-books.

A aceitação de uma biblioteca digital contendo a bibliografia básica dos cursos de graduação presenciais e a distância, nos processos de avaliação do MEC representa a inclusão de uma terceira dimensão nesse cenário: acervo híbrido, livros e e-books. A seguir os dois quadros mostram parte da proposta encaminhada ao Conaes, como consulta, com as vantagens dos ebooks e opções de aquisição:

Premissas da proposta:

- Os instrumentos de avaliação estão centrados no acervo físico;
- As novas exigências relativas ao número de exemplar por aluno para atingir o conceito máximo no quesito biblioteca, exige alto investimento na ampliação do acervo e espaço físico;
- Os atuais instrumentos consideram os periódicos eletrônicos.

Modelo de Biblioteca Digital proposto

Biblioteca digital contendo a bibliografia básica dos cursos de graduação cujo acesso será feito a partir dos computadores da IES além da permissão de acesso remoto com senha individual.

Critérios:

- O investimento totalmente assumido pela IES;
- Nenhum custo para a comunidade acadêmica;
- A proporção será de um exemplar por aluno.

Cenário atual - Contexto Brasileiro:

Índice Geral da Proporção de domicílios com computador e acesso à Internet:

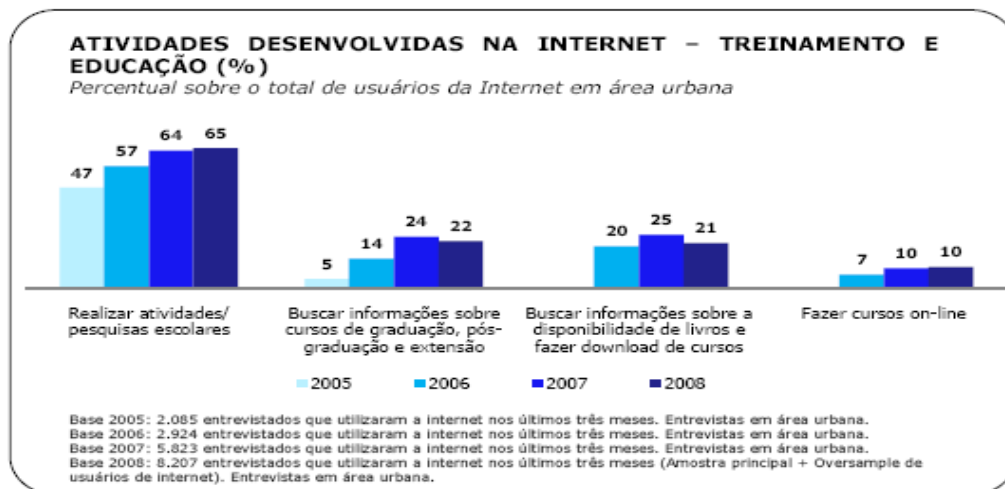
Em 2005 – 17% com computador e 13% Acesso a internet;

Em 2008 – 28% com computador e 20% Acesso a internet;

Atividades desenvolvidas na Internet - Treinamento e Educação:

Em 2005 – 56% do uso ;

Em 2008 – 72% do uso



Fonte: Ipsos Opinion/CGI

Quadro 2 - Pontos da proposta encaminhada ao Conaes para utilização de ebooks - premissas
 Fonte: PASSOS, Jeane. Consulta Conaes. São Paulo : SENAC, 2009

O que o Brasil já tem?

Portal de Periódicos Capes - * 60.703.479 de acessos em 2008 (texto completo e referenciais)

Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de 194 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o País têm acesso imediato à produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES. O Portal oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados de mais de 12.661 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento com acesso gratuito na Internet.

Portal Domínio Público - *19.558.591 de acessos nos últimos 5 anos

Este portal constitui-se em um ambiente virtual que tem como principal objetivo, promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.

Vantagens - E-books :

- Acesso 24 horas;
- Otimização do espaço físico da biblioteca;
- Mesma qualidade do acervo físico;
- Compartilhamento de custos e recursos;
- Acessibilidade;
- Responsabilidade Ambiental;
- Relevância Social

Opções de Aquisição de e-Books

- **Assinatura** : As coleções são oferecidas pelas Editoras em forma de assinatura. A IES paga um valor anual para ter acesso a coleção de livros. As coleções oferecidas no formato de assinatura possuem atualização do conteúdo. Uma nova versão/edição de um livro ou novos livros editados entram automaticamente na Coleção. Esse acesso em geral é ilimitado.
- **Compra** : Nesse formato a Instituição faz um único pagamento e tem acesso a coleção de livros. Esse acesso em geral é ilimitado, ou seja, **todos os alunos podem acessar os livros ao mesmo tempo, estando na Instituição ou em suas residências**. Na opção de compra, a Instituição, depois do primeiro ano, paga nos anos seguintes um valor para manutenção do sistema.

Quadro 3 - Pontos da proposta encaminhada ao Conaes para utilização de ebooks - vantagens
Fonte: PASSOS, Jeane. Consulta Conaes. São Paulo : SENAC, 2009

5 Considerações Finais

As bibliografias dos cursos seriam compostas de exemplares em papel e em formato de e-books.

De acordo com Barreto (2010), o futuro da Informação se relaciona com uma nova economia de produção da informação, uma convergência digital entre escrita, som e imagem e uma “interconectividade entre idéias”. O modelo proposto acima além de

proporcionar otimização de recursos físicos favorece também a otimização dos recursos financeiros das IES por meio de uma rede de compartilhamento digital possibilitado unicamente pela utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

6 Referências

AMORIM, Galeno (Org.). *Retratos de leitura do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial : Instituto Pró-livro, 2008. Disponível em <<http://www.imprensaoficial.com.br/retratosdaleitura/rl1.pdf>> Acesso em: 10.05.2010

BAPTISTA, R.; RUEDA, D.; SANTOS, N. B. *A biblioteca universitária no contexto das avaliações do MEC: uma reflexão*. Disponível em. <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3274.pdf>> . Acesso em: 03.07.2010

BARRETO, Aldo. *A Evolução da Informação na Web*. Disponível em: <www.unifa.aer.mil.br/bibliotecavirtual/UNIV%20AEREA.ppt>. Acesso em: 15.04.2010.

BLOG da formação. Disponível em: <<http://blogdaformacao.wordpress.com/tag/marc-prensky/>>. Acesso em: 15.04.2010.

CAPES. *MEC participa de comitê do Programa Informação para Todos*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/3604-mec-participa-de-comite-do-programa-informacao-para-todos>>. Acesso em: 10.05.2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. *Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010*. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>>. Acesso em: 28.06.2010

FRAUCHES, Celso da Costa. *Educação Superior: cobras & lagartos*. Brasília: Ilape, 2010..

INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15.04.2010.

LACERDA, Juciano de Souza. Espaços públicos de inclusão digital: comunicação políticas e interações. In: NUNES, Pedro, org. *Mídias digitais & interatividade*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p.305-322.

LEMON FILHO, Arnaldo et al. I- Avaliação docente: um importante componente do processo de auto-avaliação institucional. *Cadernos de Avaliação*, Campinas, n. 6, p.21-53, 2009.

LINDOSO, Felipe. A cadeira produtiva do livro e a leitura. IN: AMORIM, Galeno (Org.). *Retratos de leitura do Brasil*. São Paulo : Imprensa Oficial : Instituto Pró-livro, 2008. Disponível em: < <http://www.imprensaoficial.com.br/retratosdaleitura/rl1.pdf>> Acesso em: 03.05.2010

REVISTA do Congresso. São Paulo: CBL, 2010. Disponível em < <http://www.imprensaoficial.com.br/livrodigital/>> Acesso em: 05.05.2010

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Rogério S. Plano nacional poderá levar banda larga a 88% da população brasileira. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009*. São Paulo, 2010, pp. 53-57.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (SECOM/PR)). +Educação Expansão da rede promove o desenvolvimento regional. In: Brasil 2009: estamos vivendo um novo Brasil. Caderno Destaques, maio/junho 2009, p.14-15. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/secom>>. Acesso em: 28.06.2010.

SILVA, Armando Malheiros da; CARVALHO, Luciana Moreira. Impacto das tecnologias digitais nas bibliotecas universitárias: reflexões sobre o tema. In: *Inf. & Soc: Est.*, João Pessoa, v.19, n.3, p.125-132, set./dez.2009. p.125- 130.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar mídia*. São Paulo: Loyolla, 2002. 304p. (Estudos contemporâneos).

SOUZA, Joana Berlamino de. Mídias digitais: acessibilidade na web e os desafios para inclusão informacional. In: NUNES, Pedro, org. *Mídias digitais & interatividade*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p.275-284.

VARGAS CUBILLOS, Diana Alexandra Cubillos; SILVA, Alberth Sant'Ana Costa da. Inclusão digital: sistemas de engrenagens. In: *Linc em Revista*, Brasília, v.5, n.1, março 2009, p.32-44. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 28.06.2010.

WAGNER, Flávio R. Habilidade e inclusão digital - o papel das escolas. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009*. São Paulo, 2010, p.47-51.